

GOVERNANÇA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: UMA LEITURA DAS FINALIDADES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

*Arminda Rachel Botelho Mourão**

*Sílvia Cristina Conde Nogueira***

*José Júlio César do Nascimento Araújo****

*José Eurico Ramos de Souza*****

RESUMO: Este artigo aborda a relação entre Educação e Desenvolvimento a partir da política de implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Demonstra como as categorias Governança e Território ensejam a discussão acerca do Desenvolvimento Regional, que emerge como uma das finalidades daqueles Institutos. A análise documental indica a criação de uma instituição contingenciada pelas dimensões de política social, agências de desenvolvimento local e formação de professores. Assim, Governança e Território são mediações centrais desse projeto de governo para a Educação Profissional e Tecnológica, o qual se configurou como política pública. Argumenta-se que, somente sob a lógica governamental, é possível uma instituição de educação promover o desenvolvimento local-regional. Advoga-se por

* Universidade Federal do Amazonas, Manaus – Amazonas (arachel@uol.com.br).

** Universidade Federal do Amazonas, Manaus – Amazonas (silviaconde@uol.com).

*** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Cruzeiro do Sul – Acre (jose.araujo@ifac.edu.br).

**** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus – Amazonas, (zeeurico1@hotmail.com).

Endereço para correspondência: PPGE/UFAM. Av. General Rodrigo Octávio, 6200 – Coroado I, Manaus – AM, 69077-000, Brasil. Os pesquisadores contam com bolsa de pesquisa da Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas – FAPEAM. Telefone: 0055 92 981237306.

movimentos reais de resistência e enfrentamento para combater discursos político-econômicos que negam o conflito de classes sociais e concebem Desenvolvimento Regional como o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais por meio de processos inovadores que visam reposicionar a nação na divisão internacional do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: educação, desenvolvimento, governança, território.

1. INTRODUÇÃO

O conceito Desenvolvimento Regional pautado em desenvolvimento econômico emerge nos textos das políticas públicas educacionais referentes à Educação Profissional e Tecnológica a partir de 2008, com a Lei n.º 11.892 que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET/IF).

O Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e o Instituto Federal do Acre (IFAC), localizados na Amazônia Ocidental, são lócus das pesquisas em andamento dos autores deste trabalho. A discussão das relações estabelecidas entre Educação e Desenvolvimento Regional, que engendram as categorias Governança e Território como tendências recentes e relevantes no domínio da política brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, é de suma importância para que as referidas pesquisas possam contribuir para a temática e contemplar as especificidades amazônicas.

Na medida em que o Desenvolvimento Regional faz interface com a área da Educação, especialmente com a Educação Profissional e Tecnológica, uma revisão da literatura acerca das teses que abordavam esse tema viabilizou os fundamentos teóricos para uma abordagem crítica deste com a Educação.

A discussão acadêmica, estabelecida por meio dos trabalhos de teses que abordaram a categoria Desenvolvimento Regional, evidenciou que ela se refere a realidades históricas excluídas ou marginalizadas do desenvolvimento capitalista. As teorias adotadas para explicar ou superar as adversidades que impedem a acumulação se resumiram às análises fundamentadas na economia clássica, neoclássica e evolucionista para elaborar estratégias e modos de organização e gestão visando à manutenção da lógica de mercados, como se esta fosse a única alternativa para a humanidade.

Independente do recorte disciplinar, próprio de cada área do conhecimento, o discurso se desenvolve unissonamente, especialmente quando se

refere à atual perspectiva de Desenvolvimento Regional, cuja emergência é contextualizada no processo de globalização. Em tal perspectiva, para amenizar os efeitos selvagens do capitalismo e contemplar os aspectos sociais e ambientais, emergem conceitos como Desenvolvimento Regional Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Local Endógeno, Desenvolvimento Territorial.

É sob esse contexto que emergem as categorias Governança e Território, ou seja, como mediações fundamentais para alcançar o desenvolvimento, agora adjetivado conforme o foco ou modo de ação, que deve articular-se à dimensão econômica.

Essa discussão aborda a contradição entre educação e desenvolvimento na política brasileira para a Educação Profissional e Tecnológica (a partir de 2008). Dessa ótica, visa apresentar como as categorias Desenvolvimento Regional, Governança e Território estão incorporadas na institucionalidade dos Institutos Federais de Educação.

2. METODOLOGIA

A partir dos pressupostos teórico-metodológicos de que as categorias Desenvolvimento Regional, Governança e Território são algumas das expressões da contradição Capital \times Trabalho na atualidade e de que são produtos de relações históricas validados nelas e no interior delas (Marx, 2011), torna-se importante desvelar suas condicionantes e condicionamentos epistemológicos.

Serviu de fonte para esse desvelamento o debate acadêmico materializado no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O referido Banco de Teses está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. Cumpre destacar que a pesquisa exploratória para mapeamento das teses foi um procedimento feito no período de 18 de março a 09 de junho de 2014 e, conforme o sistema operacional da CAPES, as datas de defesa correspondiam ao período de 2010 até 2014.

Abordar o conceito ou as concepções acerca do Desenvolvimento Regional foi o critério utilizado para a seleção das teses que subsidiaram a identificação dos enfoques e das contribuições delas para a discussão do tema.

As teses foram selecionadas a partir da ferramenta de busca disponível no Banco de Teses, tendo como palavra-chave “Desenvolvimento Regional”. Foi aplicado como refinamento o nível do curso doutorado

e foram analisados os seguintes campos: título, palavras-chave, áreas de conhecimento, resumo, áreas afins e linha de pesquisa. Por meio da leitura do resumo, do sumário, da introdução e da conclusão dos trabalhos, identificaram-se as teses que abordavam os conceitos e/ou as concepções de Desenvolvimento Regional. A partir desse levantamento, foi realizada a busca nas bibliotecas digitais dos Programas de Pós-graduação, o carregamento do arquivo digital, a codificação e a análise das referidas teses.

Vale ressaltar que as teses estavam classificadas em diversas áreas do conhecimento; entretanto, nenhuma se relacionou à área da Educação. Essa constatação ressalta a importância da apropriação desta discussão para que se estabeleça, com coerência, cientificidade e criticidade, a discussão da relação Educação e Desenvolvimento. Mais do que isso, é a oportunidade de se analisarem os limites e as perspectivas de Desenvolvimento Regional para os projetos de formação na perspectiva dos trabalhadores.

Para este trabalho, enfatizam-se as teses que abordaram Governança e Território como mediações necessárias para a discussão sobre desenvolvimento, objeto da próxima seção. Na sequência, abordam-se as configurações dos Institutos Federais, instituições de Educação Profissional e Tecnológica criadas sob o contexto abordado no debate acadêmico, e como estes se inserem no espaço amazônico brasileiro. Na última seção, a título de conclusão, analisar-se-ão os conteúdos que emergem desses debates por meio das categorias da totalidade, da contradição e da mediação.

3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL, GOVERNANÇA E TERRITÓRIO

A partir da revisão de literatura realizada, foi possível demonstrar as matrizes teórico-analíticas que estabelecem uma interdependência entre Desenvolvimento Regional, Governança e Território.

Cumprir destacar que, nessa atmosfera tecida para demarcar o novo desenvolvimento a ser almejado em detrimento do desenvolvimento selvagem que só previa o crescimento econômico, há uma supervalorização do poder estatal e a emergência do papel da sociedade, da comunidade, o que exige esforços coletivos e institucionais. Entende-se que a concepção de um Estado alheio à luta de classes associada à lógica da importância do sujeito para a construção de uma sociedade com menos desigualdades escamoteia a busca pela mais-valia por meio da falsa ideia de que “todos ganham”.

Pesando os pressupostos teórico-metodológicos que servem de suporte para uma abordagem crítica da relação entre Educação Profissional e Desenvolvimento Regional, refuta-se a construção de um consenso em torno da Eficiência Coletiva para a mitigação dos efeitos “naturais” do processo de acumulação capitalista na atualidade.

Schmitz (1997) define Eficiência Coletiva como a vantagem competitiva de empresas organizadas em *clusters* que deriva de economias externas e ação conjunta. Destaca, ainda, que os estudos de caso em países em desenvolvimento revelaram que a Eficiência Coletiva, baseada nas atividades econômicas e sociais de uma comunidade, desenvolve-se melhor como um processo endógeno, no qual o Estado, especialmente em nível regional, é um facilitador importante para os *clusters* de pequenas firmas.

O termo *Governança*, segundo Amos (2010: 25), é proveniente da Ciência Política e das Ciências Sociais e usualmente abrange as mudanças ligadas às novas relações entre o Estado e os interesses sociais. Nesse sentido, o termo também é usado para analisar as mudanças no interior do Estado-nação ou nas suas relações internacionais.

B. Lima (2012), ao analisar o termo à luz do Direito, contextualiza que: “O Banco Mundial, no discurso do desenvolvimento no final do século XX, trouxe o termo ‘governança’ e ‘boa governança’ como a capacidade governativa, que não seria avaliada apenas pelos resultados das políticas governamentais, mas também pela forma do governo exercer o seu poder. Nesse sentido, o termo “governança” é utilizado pelo Banco para voltar-se à ação nacional estatal [...] a definição de governança do Banco Mundial aborda, como forma ou procedimento, o exercício da autoridade, controle, administração e poder de governo” (B. Lima, 2012: 21).

Gonçalves (2006: 4) concorda que se refira ao *modus operandi* das políticas governamentais, de seu formato político institucional e de seus processos decisórios: “Dessa forma, a governança refere-se a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico.”

Nesse viés, Governança está intrinsecamente ligada à capacidade do Estado de promover o desenvolvimento econômico, gerindo sua capacidade de gerenciamento das contas e da ação pública. Destaca Diniz que “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública” (1995: 400). Por isso, na discussão

empreendida neste texto, o termo é usado para distinguir as três dimensões¹ das fases II e III da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil (Rede), que priorizaram a dimensão social, a geográfica e a do desenvolvimento. A relação entre governança, território e desenvolvimento permeou toda a redefinição da Rede.

Para Gottmann, “território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo” (2012: 523). É, também, arena simbólica, econômica, cultural e social. Assim, o Território é a síntese do uso dos espaços que foram apropriados e dominados no percurso histórico da reprodução social dos seres humanos por meio do trabalho.

A questão do Desenvolvimento Regional não é um debate novo no Brasil. A relação problemática entre processos sociais estruturais e mundiais do capitalismo *versus* as ações locais/regionais reinsere essa categoria na agenda pública brasileira durante o governo do Partido dos Trabalhadores, que passa a utilizá-la como política de dinamização econômica. No plano acadêmico os trabalhos a seguir demonstram as diversas interfaces da problemática.

Zanchet (2011) analisa cinco abordagens acerca das aglomerações produtivas: a abordagem da nova geografia econômica, a da economia de empresas, a de economia regional, a de pequenas empresas e distritos industriais e a da economia da inovação. Ao se referir à economia regional, o autor destaca os seguintes pressupostos dessa: o desenvolvimento está enraizado nas condições locais; o foco de planejamento regional é a localidade; a ênfase é posta no papel das economias externas resultantes de uma construção social de ativos político-culturais localizados: confiança mútua, entendimentos tácitos, efeitos de aprendizado, vocabulários especializados, formas de conhecimento e estrutura de governança; a aglomeração é determinante na dinâmica industrial devido às limitações do mercado emergente e à importância das instituições.

Miranda (2012) indica que o Desenvolvimento Territorial Sustentável é uma perspectiva que contempla a relação dos atores e dos sistemas nas dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Essa relação deve estar presente

1 As dimensões estão descritas no documento *Expansão da Educação Superior, Profissional e Tecnológica: Mais formação e oportunidades para os brasileiros* (Brasil, s/d). Disponível http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf Acesso 10 mai. 2015.

em uma proposta de governança territorial, que coordena uma política pública de planejamento do Desenvolvimento Regional.

Dias (2012) revela uma experiência de Desenvolvimento Regional pautada na coesão entre Estado, mercado e sociedade civil. O Estado, mediador das relações, coordena o processo de desenvolvimento, incentiva o papel das redes políticas, fomenta mecanismos de democracia deliberativa e direta e planeja visando à equidade e ao Desenvolvimento Regional.

Ao analisar a validade dos modelos teóricos sobre Desenvolvimento Regional, Vieira (2012) constrói a noção de competências territoriais e conclui que a ideia de desenvolvimento regional brasileiro permanece descontextualizada das especificidades territoriais e centralizada nas políticas de desenvolvimento nacional.

Desenvolvimento sustentável, institucionalismo, descentralização, organizações privadas, aprendizagem organizacional e conhecimento e inovação são os marcos conceituais e analíticos de Franke (2012) para abordar a governança e a gestão ambiental no Acre. Para esse autor, que estuda um modelo na Amazônia, o desenvolvimento regional sustentável é um novo projeto em andamento que exige: estratégias de governança participativas e democráticas na área florestal; participação e parceria que viabilizem o diálogo nos espaços consultivos e deliberativos; ciência e tecnologia por meio de processos tecnológicos e criação de produtos inovadores; um programa específico de pesquisa florestal para a Amazônia; atuação do Estado na regulação das atividades de alocação de recursos e acesso equitativo às florestas e à renda gerada pelo seu uso.

Os autores abordados utilizam o conceito Governança como um padrão de gestão pública, requerendo uma estrutura, uma forma ou, ainda, adjetivando-a como territorial, pública e democrática. A esse conceito adiciona-se o de Território, como se pode observar nos trabalhos que também têm como tema o Desenvolvimento Regional, como o de Ferreira (2012), Luck (2011), Silva (2012), Benevides (2012) e Rocha Neto (2012).

Ferreira (2012) apresenta quatro abordagens sobre Desenvolvimento Regional: a teoria do Lugar Central, a teoria dos Polos de Crescimento, a abordagem das Aglomerações Produtivas Locais e, por fim, a teoria do Desenvolvimento Local Endógeno.

A respeito da abordagem das Aglomerações Produtivas Locais, o autor destaca que essa discussão emerge de um cenário permeado pelo processo de globalização que aprofundou as desigualdades entre países e regiões e que, como alternativa, resgata o debate conceitual do território

e a dimensão espacial, especificamente a do espaço local. Essa abordagem se refere a uma concentração setorial e espacial de empresas, que visam à integração dos mercados nacionais aos mercados mundiais.

Luck (2011), ao problematizar o papel das universidades nos projetos de Desenvolvimento Regional, assevera que a essas instituições cabe o papel de induzir o desenvolvimento sem prescindir da liberdade intelectual e da autonomia universitária.

A autora aborda a questão do Desenvolvimento Regional a partir da perspectiva da reestruturação produtiva, do território e do poder enquanto dimensões do capital, do espaço e da política.

Para Silva (2012), o processo de Desenvolvimento Regional é inovador e sustentável ao estar pautado na lógica endógena, na valorização do capital humano, nas características endógenas do território e na diversidade.

A tese de Benevides (2012), por meio dos aportes teóricos dos distritos industriais, da teoria da localização/lugares centrais, dos polos de desenvolvimento e crescimento, da difusão da inovação no território e do ambiente inovador (*milieu innovateur*), analisa quais são os fatores que fomentam e constituem o polo de desenvolvimento e o ambiente inovador em uma determinada localidade. Para o autor, o Desenvolvimento Regional consiste na evolução de cada território específico, por meio da integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais. A interação e a participação da comunidade são fundamentais para potencializar os pontos positivos e também a busca conjunta de soluções para os pontos críticos.

Rocha Neto (2012) destaca que a escala regional sucumbe às escalas global e local mediante o fenômeno da globalização e a ausência de políticas que se contraponham às forças tradicionais de concentração de riquezas. Para o autor, a cultura do empreendedorismo está instalada no processo de Desenvolvimento Regional e, com isso, tem-se uma confusão conceitual a respeito do que seja política de Desenvolvimento Regional, uma vez que a questão do desenvolvimento passa a ser regida por políticas setoriais com desdobramentos no território.

Sob esse cenário de múltiplas matrizes teórico-conceituais e políticas de como realmente se viabiliza o Desenvolvimento Regional, a política de expansão e o modelo de instituição que seria criado – os Institutos Federais de Educação (IF) – são empreendidos pelo poder governamental a partir do pretexto de que os IFs podem catalisar e desenvolver tecnologias sociais, inovação e formação de trabalhadores para promover o desenvolvimento. Este é o ponto de partida das discussões da próxima seção.

4. UMA LEITURA DAS FINALIDADES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFET/IF) se referem aos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais vinculadas às Universidades Federais e Escolas Agrotécnicas, todas, historicamente, relacionadas à educação profissional.

Três documentos são reveladores para a configuração dessas instituições como projeto governamental para a Educação Profissional e Tecnológica: o Decreto n.º 6.095 de 24 de abril de 2007 (Brasil, 2007a), a chamada pública MEC/SETEC n.º 01 (Brasil, 2007b) e a chamada pública MEC/SETEC n.º 2 (Brasil, 2007c).

Os referidos documentos apontam para uma configuração institucional delineada pelo governo federal entre 2007 e 2008. Com a sanção da Lei n.º 11.892 (Brasil, 2008), instituiu-se oficialmente a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, criaram-se os IF (abandonou-se a sigla IFET) e consolidaram-se os seguintes aspectos contemplados nos documentos anteriores:

- a. a agregação de Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET (com exceção de Minas Gerais e Rio de Janeiro), Escolas Técnicas Federais – ETF, Escolas Agrotécnicas Federais – EAF e oito Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais;
- b. os IF como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*;
- c. a equiparação dos IF às universidades federais;
- d. a oferta de Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis e modalidades;
- e. o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica para a geração e a adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- f. a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- g. criação de um centro de excelência na oferta do ensino de ciências;
- h. a capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- i. a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

A novidade que surgiu com a Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) foi o compromisso dos IF com a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais e como afirmação de um espaço de formação de professores. Em síntese, da institucionalidade criada pelo governo federal emergem três dimensões para os Institutos Federais: política social, lócus de formação de professores e agências de desenvolvimento local.

Para Vieira (1992), uma política social permite que o indivíduo satisfaça certas necessidades desconsideradas pela lógica de mercado. Nesse sentido, os IF, como política social, descentralizaram e interiorizaram o ensino técnico de nível médio e educação superior e passaram a ser catalisadores de outras políticas sociais.

Na dimensão da formação de professores, os IF devem ofertar 20% de suas vagas para as licenciaturas. Os IF são chamados a assumir essa responsabilidade sob o pretexto da necessidade de formação de professores para as áreas de ciências (matemática, biologia, química e física) para a educação básica. Esse processo é permeado por contradições, uma vez que a obrigatoriedade da oferta levou muitos institutos a trabalharem a formação de professores sem que houvesse condições físicas, estruturais, pedagógicas para isso. Segundo Lima, “a formação de professores nos IFs é um fenômeno permeado por contradições. Pois, aponta para a expansão de uma formação pública e gratuita, trazendo o Estado como promotor da oferta educacional, embora se aproxime de uma concepção pragmática da formação de professores, com o incentivo de uma pesquisa aplicada, voltada para os problemas do cotidiano da prática profissional” (2012: 9).

A dimensão “agências de desenvolvimento local” emerge para os Institutos Federais sob o contexto das discussões acerca do Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais. Conforme as prescrições governamentais, os Institutos Federais, “sob a perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade” (Ministério da Educação, 2010: 18), devem ser um espaço fundamental para viabilizar o desenvolvimento local e regional, promovendo o desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda e servindo de suporte para os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Este é um dos aspectos centrais para a política brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. Entende-se que toda política, como expressão da luta de forças societárias, tem um conteúdo ideológico. A identificação desse conteúdo é fundamental para a identificação das ideias que sustentam práticas

radicadas “nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si” (Gorender, 2013).

Mas uma instituição de educação pode promover o desenvolvimento local-regional? Sob a lógica governamental, sim, pois as referidas políticas têm como ponto de partida a desigualdade regional quanto ao acesso dos dividendos da civilização urbano-industrial, limitando o usufruto de emprego e renda para a maioria da população. A crença é que o Estado pode efetuar correções nessa tendência ao mobilizar ações para mitigar as disparidades socioeconômicas (Barbosa, 2012).

Partir de tais pressupostos implica adotar políticas de Desenvolvimento Regional como mitigadoras das desigualdades regionais e uma crença na neutralidade das ações do Estado. Esta não é a perspectiva de análise deste trabalho.

Movimentos reais de resistência e enfrentamento são vitais para combater o discurso político-econômico que nega o conflito de classes sociais e concebe Desenvolvimento Regional como o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais por meio de processos inovadores que visam reposicionar a nação na divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, Governança e Território atendem à lógica de mercado. A matriz teórico-política que sustenta a ligação da educação ao desenvolvimento na realidade histórica é o social liberalismo. Eis as bases tecidas pelas elites dominantes para a hegemonia capitalista em tempos de financeirização do capital. Não bastando delegar às comunidades locais a responsabilidade de elas mesmas criarem meios de reposição de suas economias nas escalas mundiais do sistema capitalista, o Estado, enquanto comitê gerencial dos assuntos da burguesia (Marx e Engels, 2006), cria uma instituição educacional para articular educação, tecnociência e cadeias produtivas: os Institutos Federais.

Os Institutos Federais de Educação e Tecnologia surgem, portanto, como premissa de agências de desenvolvimento local. Assim, pretende-se que os Institutos Federais sejam vetores da inovação e do desenvolvimento local através da imposição da pesquisa aplicada, da transferência de tecnologias sociais e da identificação dos gargalos locais para oferecer capacitação para a mão de obra local atuar no sentido de impulsionar arranjos produtivos locais para gerar desenvolvimento endógeno. Por trás desse “véu institucional”, segundo Magalhães e Lima, “apesar de todo um discurso oficial que busca projetar e legitimar a expansão sob bandeiras da ‘inclusão’ e do ‘desenvolvimento social’, o impulso real das políticas organizadas em torno

dos Institutos Federais está pautado no sentido de atender às demandas do capital monopolista, que nas últimas décadas intensificou o processo de interiorização em busca do aumento das taxas de exploração do capital sobre o trabalho. Os Institutos Federais inserem-se, portanto, no contexto de formação da força de trabalho submetida à lógica do capital, formando-a para o trabalho nos estreitos limites das demandas provenientes das grandes empresas em suas respectivas áreas de influência” (2015: 4).

Na articulação política e social, que promoveu a criação dos Institutos Federais de Educação no Brasil através da fusão e transformação de várias modalidades de instituições de ensino técnico e tecnológico, o conceito Território surge relacionado às questões ambientais e de inovação e às especificidades de um determinado local. Tanto Governança quanto Território surgem como mediações necessárias à efetivação de processos que promovam o Desenvolvimento Regional.

As dimensões apontadas se articulam com as múltiplas causalidades desse projeto de governo que se configurou como política pública. É fundamental não se abster do entendimento desse projeto a partir de suas relações com a política econômica, da concepção de Estado que o embasa e do processo da luta de classes, aspectos não discutidos em seus detalhes dados os limites deste trabalho.

A materialização dessa proposta dos IF, contudo, exige um investimento constante na formação dos quadros docentes, na carreira, nas condições de permanência dos alunos, no incentivo à pesquisa, na tessitura mais acurada entre oferta e demandas do território, na ampliação da oferta e numa articulação mais profunda que garanta um real ensino médio integrado.

Sem isso, o projeto tende a naufragar e viver sob a “emergência da próxima reforma”. Os Institutos não podem se consolidar apenas como uma política focalizada de ensino médio técnico (integrado e subsequente), mas como modelo de instituição capaz de produzir massa crítica que leve a novos padrões de trabalho, de sociedade e de educação que oportunizem a emancipação política e humana.

5. APONTAMENTOS FINAIS

O Desenvolvimento Regional de determinado local engendra aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. Esperar que uma instituição educacional, como um todo estruturado e dialético, responda às demandas de desenvolvimento econômico é uma falácia. Os Institutos Federais

são espaços historicamente atribuídos à formação dos trabalhadores sob a lógica capitalista. Como agências de desenvolvimento local, consolidam-se como espaços de disputas, de luta de classes, onde Governança e Território precisam estar articulados à lógica de emancipação dos trabalhadores.

Alijada dessa perspectiva, a expansão das instituições federais de ensino técnico e tecnológico pela aproximação Instituição-Sociedade, orientada para o empreendedorismo e para a formação em massa do sujeito trabalhador especializado, fundamenta-se nos marcos que procuram transformar os IF em “agências” de desenvolvimento e solução de problemas locais calcados na Teoria do Capital Humano.

Refuta-se, portanto, a Eficiência Coletiva como alternativa única e viável. Resistir e construir outros caminhos são tarefas dos sujeitos sócio-históricos que atuam nessa realidade que se expande numericamente. Se em 2003, 120 municípios eram atendidos por instituições da rede, hoje os números oficiais apontam para a existência de *campi* em 512 municípios distribuídos por todos os estados brasileiros. A essa realidade somam-se os polos de EAD distribuídos pelos municípios que não possuem *campi* dos Institutos.

O movimento entre as novas instituições e as instituições consolidadas revela o desafio de imprimir uma identidade numa Rede de Educação Profissional e Tecnológica, forjada na contradição Capital \times Trabalho, e que, historicamente, atendeu aos interesses capitalistas por formação de mão de obra técnica e especializada. Partilha-se com Harvey (2013) que, paradoxalmente, as condições para uma mudança radical são ensejadas pela globalização contemporânea. Para isso, tais condições devem estabelecer precedentes incompatíveis com a lógica para o mercado.

Este é um dos horizontes que pode ser contemplado pelos sujeitos responsáveis pela implantação da política dos IF no espaço amazônico brasileiro. A título de conclusão, sem a presunção de esgotamento da discussão, destacam-se movimentos engendrados na institucionalização dos IF, potenciais objetos de investigação:

- a. A expansão do ensino superior para os IF transforma esses estabelecimentos em instituições híbridas. Não se criou uma nova instituição. A fusão dos Centros Federais de Educação Técnica, Escolas agrotécnicas e Escolas técnicas ganhou prerrogativas de universidades;
- b. Os IF são espaços dos programas compensatórios do governo federal como o Programa Mulheres Mil (Ministério da Educação, 2011) e o

- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Brasil, 2011). A norma legislativa conseguiu criar uma instituição guarda-chuva pluricurricular e *multicampi*;
- c. A oferta de cursos para a formação de professores, privilegiando áreas das ciências exatas e biológicas (matemática, biologia, química e física), demanda 20% de vagas para esse tipo de formação, apesar de esta não ser, historicamente, uma ação dos IF;
 - d. O modelo institucional criado marca a orientação do ensino médio técnico na forma de cursos integrados sem a perspectiva para a politecnia;
 - e. A relação entre a precarização do trabalho docente e a verticalização;
 - f. A obrigatoriedade dos percentuais das vagas por nível de ensino em cada instituto é estabelecida ao Instituto e não a cada *campus*. Alguns *campi*, históricos por sua atuação no ensino superior, já há muitos anos, antes mesmo da criação dos IF, reivindicam o direito de trabalhar apenas com cursos de graduação e pós-graduação.

Referências bibliográficas

- Amos, K. (2010). Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. *Educ. Pesqui.* [online], vol. 36, n. spe, pp. 23-38. ISSN 1517-9702. Recuperado em 8 novembro, 2015 de <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022010000400003>.
- B. Lima, G. G. (2012). O conceito de governança global do desenvolvimento sustentável no estudo da efetividade da norma jurídica: reflexões epistemológicas. *Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, v. 32.2, jul./dez. Recuperado em 08 novembro, 2015 de <http://www.periodicos.ufc.br/index.php/nomos/article/viewFile/356/338>.
- Barbosa, R. N. C. (2012). A Política de Desenvolvimento Regional da “letra da lei” ao sentido do texto. *R. Pol. Públ.*, 16, 1. Recuperado em 15 maio, 2014 de http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/capas_detalhes.
- Benevides, G. (2012). *Polos de desenvolvimento e a constituição do ambiente inovador: uma análise sobre a região de Sorocaba*. (Tese Doutorado, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2012). Recuperado em 18 março, 2014 de http://www.uscs.edu.br/posstricto/administracao/teses/2012/pdf/tese_gustavo_benevides.pdf.
- Brasil (2007a). Decreto Presidencial n.º 6.095, de 24 de abril de 2007. Recuperado em 3 março, 2014 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm.

- Brasil (2007b). Chamada Pública Ministério da Educação/Secretaria de Educação Técnica n.º 001/2007. Chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Recuperado em 1 maio, 2015 de http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf.
- Brasil (2007c). Chamada Pública Ministério da Educação/Secretaria de Educação Técnica n.º 002/2007. Chamada Pública de Propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Recuperado em 1 maio, 2015 de http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf.
- Brasil (2008). Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Recuperado em 10 fevereiro, 2015 de <http://www.planalto.gov.br>.
- Brasil (2011). Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011. Recuperado em 30 agosto, 2015 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm.
- Dias, Taisa (2012). *Governança pública: uma concepção teórico-analítica aplicada no governo do estado de Santa Catarina a partir da implantação das secretarias de desenvolvimento regional*. (Tese Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012). Recuperado em 18 março, 2014 de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100650/307815.pdf?sequence=1>.
- Diniz, E. (1995). *Governabilidade, democracia e reforma do Estado: Os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90*. DADOS. 38, 3.
- Ferreira, A. (2012). *Desenvolvimento regional: limites e possibilidades institucionais – um estudo de caso da região do Vale do Paraíba*. (Tese Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012). Recuperado em 18 março, 2014 de Http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped_tese_andre_ferreira.pdf.
- Franke, I. L. (2012). *Governança e gestão florestal no Acre: instituições e atores em busca do desenvolvimento sustentável*. (Tese Doutorado, Universidade de Brasília, 2012). Recuperado em 18 março, 2014 de <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/967212/1/24706.pdf>.
- Gonçalves, A. (2006). *O conceito de governança*. CONPEDI, Manaus, Anais. Recuperado em 8 novembro, 2015 de http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/conceito_de_governanca.pdf.
- Gorender, J. (2013). Apresentação. In Marx, K. *O Capital: livro 1*. São Paulo, Boitempo.
- Gottmann, J. (2012). A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, 3. Recuperado em 23 agosto, 2015 de http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/v3_Gottmann.
- Harvey, D. (2013). *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola.
- Lima, F. B (2012). *A formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Um estudo da concepção política*. Dissertação de Mestrado. Brasília, UNB.

- Luck, E. H. (2011) *Relação universidade e desenvolvimento regional: possibilidades e comprometimentos*. (Tese Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011). Recuperado em 18 março, 2014 de http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codarquivo=5679.
- Magalhães, G.; Lima, R. (2015). *Para que(m) servem os Institutos Federais*. PCB. Recuperado em 18 agosto, 2015 de <http://pcb.org.br/portal2/9148>.
- Marx, K. e Engels, F. (2006). *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ministério da Educação (2010). *Concepções e as diretrizes para um novo modelo em educação profissional e tecnológica*. Brasília. Recuperado em 12 fevereiro, 2012 de file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/if_concepcaoediretrizes.pdf.
- Ministério da Educação (2011). Portaria n.º 1.015 de 21 de julho de 2011. Recuperado em 30 agosto, 2015 de file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/portaria1015_220711_pmm.pdf.
- Miranda, E. (2012). *Descentralização e territorialização do sistema de planejamento do desenvolvimento em Santa Catarina: uma análise sistêmica no período 2003-2010*. (Tese Doutorado, Universidade Federal De Santa Catarina, 2012) Recuperado em 18 março, 2014 de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100583/308048.pdf?sequence=1>.
- Rocha Neto, J. M. (2012). *Cooperação e competição entre políticas públicas no Brasil: os custos da governabilidade no presidencialismo de coalizão*. (Tese Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012). Recuperado em 18 março, 2014 de http://bdt.d.bczm.ufrn.br/tde_arquivos/24/tde-2012-11-22to54831z-4621/publico/joaomrn_dissert.pdf.
- Schmitz, H. (1997). *Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 18, n. 2, pp. 164-200. Traduzido por Rogério Passos Severo. Recuperado em 21 julho, 2014 de <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1902/2276>.
- Silva, I. A. F. (2012). *Inovação sustentável na indústria do estado de Mato Grosso: setores de alimentos e madeireiro (1970-2012)*. (Tese Doutorado, Universidade Federal do Pará, 2012). Recuperado em 18 março, 2014 de <http://www.ufpa.br/naea/novosite/tcc/183>.
- Vieira, E. A (1992). *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez; Autores Associados.
- Vieira, S. T. P. (2012). *Competências territoriais para o desenvolvimento: uma análise sobre a região metropolitana da baixada santista*. (Tese Doutorado, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2012). Recuperado em 18 março, 2014 de http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/327/2/tese_sirlei_pitteri_2012.pdf.
- Zanchet, N. A. (2011). *Estratégias e ações das empresas do pólo petroquímico do sul: implicações da inovação no desenvolvimento regional*. (Tese Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2011). Disponível em: < <http://btd.unisc.br/teses/neurizanchet.pdf> > acesso em: 18 mar. 2014.

ABSTRACT: Approach the connection between Education and Development through the policy of the implantation of Federal Institutes of Education, Science and Technology. Shows as a governance categories and territory to bring the discussion about Regional Development, that emerges like a purpose those institutes. The documentary analysis shows the creation of a contingent institution for the social policy dimensions, local development agencies and formation of teachers. Thus, governance and territory are central mediations in this government project for the education and technological, that set as public policy. Argument only under the government logic is possible an educational institution promote regional local development. Advocates up by actual movements of resistance and confrontation to combat political and economic discourses that deny the conflict of social classes and conceive regional development related to economic growth with reducing social inequalities through innovative processes to reposition the nation in the international division of work.

KEYWORDS: education, development, governance, territory.